

## Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Miguel Pereira Comissão de Justiça e Redação 16ª Legislatura – 2º biênio

### Parecer Projeto de Lei nº151/2020 Mensagem nº120/2020

Origem: Poder Executivo

Autor: Prefeito Municipal - André Pinto de Afonseca

Ementa: "Autoriza o Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente na importância de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). <u>Em regime de urgência urgentíssima</u>".

Comissão de Justiça e Redação

Presidente: Vitor Batista Ralha de Afonseca

Vice-presidente: Cristiano Maia Arantes

Membro: Ivanilson Venâncio da Silva

DISCUSSÃO
DATA 14 12 , 7070

PRESIDENT

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação avocou relatoria à sua própria consideração, escudando-se no §2º, do art.46, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

## I - Da exposição da matéria em exame:

A presente matéria versa sobre Projeto de Lei que autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), tendo em vista o repasse do Ministério da Saúde do Incentivo Temporário ao custeio Dos Serviços De Assistência Hospitalar e Ambulatorial – MAC.

O projeto traz em seu bojo o detalhamento de pagamento.

#### II - Da conclusão do Relator:

Em análise ao Fundo Municipal de Saúde e, igualmente, ao preceito estabelecido no art.2º do Projeto de Lei, pode se entender que o presente crédito é advindo do Fundo Nacional de Saúde.

Diante justificativa e dos documento anexados ao Projeto, percebe-se que a matéria não possui vício de iniciativa, **mostra-se legal e constitucional**.

Assim, este Relator vota pela **Legalidade** e **Constitucionalidade** do Projeto de Lei, uma vez que, até o presente momento, não vislumbra qualquer vício que macule a tramitação.



# Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Miguel Pereira Comissão de Justiça e Redação

16ª Legislatura – 2º biênio

É como vota o Relator.

#### III - Da decisão da Comissão:

... Visto e analisado o mencionado Projeto de Lei, notadamente pelo seu aspecto Regimental, Legal, Constitucional, Gramatical e Lógico, bem como a Técnica Legislativa, a Comissão de Justiça e Redação DECIDE:

- Pela tramitação da matéria.
- Acompanhar o voto do Relator, pugnando pela aprovação.

É o parecer.

Câmara Municipal de Miguel Pereira, 14 de dezembro de 2020.

Vitor Batista Ralha de Afonseca Presidente/Relator Cristiano Maia Arantes Vice-Presidente

Ivanilson Venancio da Silva Membro